

I SEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADO A SETOR PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**COORDENADORIA REGIONAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO
PÚBLICO E DA ORDEM TRIBUTÁRIA DO NORTE DE MINAS**

DO CARGO DE CONTADOR E SEU PROVIMENTO

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

...

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;



...

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

...

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;



DO CARGO DE CONTADOR E SEU PROVIMENTO

TCU

Acórdão 478/2016-Segunda Câmara

Data da sessão

26/01/2016

Relator: ANDRÉ DE CARVALHO

Enunciado: **Desestruturação organizacional interna não legitima a contratação temporária, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e na Lei 8.745/93, de servidores para exercer funções contínuas e permanentes.**

DA RESPONSABILIDADE DO CONTADOR ENQUANTO AGENTE PÚBLICO

LEI Nº 8.429/92 (LIA)

Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

CÓDIGO PENAL

Art. 327 - Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

§ 1º - Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)


§ 2º - A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público. (Incluído pela Lei nº 6.799, de 1980)

DA RESPONSABILIDADE DO CONTADOR ENQUANTO AGENTE PÚBLICO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.



DA RESPONSABILIDADE DO CONTADOR ENQUANTO AGENTE PÚBLICO

LEI Nº 8.429/92

Art. 4º Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

Art. 14. Qualquer pessoa poderá (os agentes públicos deverão, segundo art. 4º) representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

DA RESPONSABILIDADE DO CONTADOR ENQUANTO AGENTE PÚBLICO

CÓDIGO PENAL

Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

Art. 13 - O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

...

Relevância da omissão

§ 2º - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem:

- a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;**
- b) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado;**
- c) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.**



DA RESPONSABILIDADE DO CONTADOR ENQUANTO AGENTE PÚBLICO

CÓDIGO PENAL

Coação irresistível e obediência hierárquica

Art. 22 - Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

Art. 5º...

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; (NÃO PODE SER OBRIGADO A FAZER ALGO ILEGAL, ABUSIVO, DESLEAL, QUE NÃO ESTÁ EM SUA ESFERA DE COMPETÊNCIA)

DO CONTROLE INTERNO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

...

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

DO CONTROLE INTERNO

LC 101/2000 (LRF)

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

SISTEMA:

Reunião dos elementos  **que, concretos ou abstratos, se interligam de modo a formar um todo organizado**

Conjunto de elementos, concretos ou abstratos, intelectualmente organizados.

Inter-relação das partes, elementos ou unidades que fazem funcionar uma estrutura organizada.

Conjunto das instituições econômicas, morais, políticas de uma sociedade, a que os indivíduos se subordinam.

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, imessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES

LEI 8.666/93

Art. 5º. Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

Art. 92. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do adjudicatário, durante a execução dos contratos celebrados com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade, observado o disposto no art. 121 desta Lei:

Pena - detenção, de dois a quatro anos, e multa.

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Marçal Justen Filho comenta que:

“a Administração não pode “escolher” a quem “beneficiará” com o pagamento. Isso evita práticas reprováveis que já foram denunciadas, em que a liberação do pagamento ficava na dependência de gestões políticas etc. (...) A Administração não pode beneficiar determinados particulares e estabelecer privilégios no tocante aos pagamentos” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 17ª ed., Ed RT, p. 163).

“O prazo de liquidação da obrigação por parte da Administração integra, sem qualquer dúvida, a equação econômico-financeira do contrato administrativo. Quando o particular formula sua proposta, toma em vista a dilação de tempo necessária à obtenção do pagamento. Com efeito, é relevante para o particular não apenas o prazo em que sua obrigação é exigível, o que envolve um encargo para ele, mas também a determinação do prazo previsto na lei, no ato convocatório ou no contrato para que a Administração satisfaça própria obrigação” (p.164).

“podem existir questões orçamentárias: existem recursos disponíveis para o pagamento de certas despesas e não para outras. Ou poderão existir prazos diferentes para liquidação das despesas. Enfim, a reprovação volta-se contra a violação do dever de pagar segundo a ordem cronológica, para cada fonte diferenciada de recursos e segundo as datas de exigibilidade” (p. 1411)

CONTRATAÇÃO

DESPESA DE PESSOAL X CUSTEIO

**CONCURSO PÚBLICO – NOMEAÇÃO OU
CONTRATAÇÃO DO APROVADO – DESPESA COM
PESSOAL CIVIL OU REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS
PESSOAIS DE TERCEIROS**



**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA – FUNÇÕES
PRÓPRIAS DE CARGO PÚBLICO – DESPESA COM
PESSOAL CIVIL OU REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS DE
TERCEIROS – BURLA AO TETO REMUNERATÓRIO**